

I
PARTE

VANGUNES DE ORIGEM

CAPÍTULO I

A vida tradicional

Segundo Bryant (²³), o missionário que entre eles viveu de 1883 a 1935, os Vangunes seriam oriundos da região setentrional dos Grandes Lagos.

Grandes pastores de bovinos, em constante busca de boas pastagens, teriam, em data desconhecida, deixado o seu habitat originário e, percorrendo sempre o grande planalto central, livre de infestação glossínica, teriam atingido a África Austral há cerca de cinco séculos. Durante a sua marcha meridional teriam incorporado numerosos elementos, sobretudo mulheres, pertencentes a bandos de caçadores-colectores bosquímanos o que explicaria a origem dos «cliques» que se encontram na sua língua na elevada proporção de 1/7 do total do vocabulário. No Transval Norte ter-se-iam misceginado também aos Vendas-Karangas.

Uma minoria dentre eles ter-se-ia estabelecido definitivamente na região planáltica atravessada pelo rio Limpopo. A maioria ter-se-ia dividido, posteriormente, em dois grandes grupos: Tekela-Nguni e Ntungwa-Nguni.

Antes de atingir o Rio dos Elefantes, uma parte dos Tekela-Nguni teria inflectido em direcção ao litoral, atravessando o Limpopo e dando origem aos Thonga-Nguni. Estes, mais tarde, ter-se-iam subdividido, por sua vez, em Lala, Debe-Nguni e Mthethwa-Nguni. Os primeiros teriam tido maior contacto com os Gwambe-Thongas, influenciados culturalmente pelos metalurgistas Karangas. Os segundos teriam chegado a adoptar as incisões faciais dos Thongas; os terceiros, durante bastante tempo fixados no Maputo, falariam um dialecto «thonganizado» e seriam até mesmo classificados como Thongas pelos Ntungwa-Nguni.

O segundo ramo, que veio a designar-se por Mbo-Nguni, depois de se estabelecer temporariamente entre o mar e a cordilheira dos Libombos, ter-se-ia cindido em vários clãs ou tribos dos quais nos interessam especialmente os Swazis e os Ndwandwe.

Quanto aos Ntungwa-Nguni, os mais puros dos Vangunes, teriam penetrado na região do Natal divididos eles também em três clãs ou tribos: os Thembo, os Zulus e os Xhosas.

*

Estas hipóteses de Bryant foram postas em dúvida, em datas recentes, por outros investigadores equipados com disciplinas mais rigorosas do que a pesquisa, mesmo sistemática e intensiva, da tradição oral: a arqueologia e a linguística. Como se encontra comprovado que os primeiros bantos, dominando a agricultura, a criação de gado, o fabrico de olaria e a técnica do ferro, atingiram o Sudeste da África cerca do ano 1000 da nossa era, aquele autor aludiu apenas aos mais recentes dos movimentos migratórios verificados.

O próprio nome de «Nguni» aplicado aos povos de língua e cultura semelhante que habitavam o Sudeste africano, dá uma noção de homogeneidade cultural, homogeneidade que não tem aceitação geral. Mas neste caso — como em muitos outros — temos que nos conformar perante a necessidade de dispor de um nome que seja universalmente compreendido. Daí a decisão que tomámos de o manter, sob a forma aportuguesada de «Angunes» (sing.) e «Vangunes» (pl.), forma sem qualquer dúvida mais exacta do que três outras que se encontram extremamente vulgarizadas: Zulus, Vátuas e Landins.

Alguns autores, na caracterização dos Vangunes, consideram como de extrema importância o rigoroso tabu que lhes proibia o consumo de peixe, tabu que não era vulgar quer entre os Bantos, quer entre os grandes pastores de bovinos.

Deixaremos, no entanto, de lado estas matérias ainda controvertidas para nos concentrarmos na descrição da cultura tradicional dos Vangunes durante a época decisiva do fim do século XVIII.

*

A família, poligâmica ou não, ocupava na povoação, *umuzi*, um número variável de palhotas em forma de colmeia, dispostas ao redor do curral de gado, *uthango*. O observador, colocado na entrada principal,

isango, tinha em sua frente a «casa grande», *indlunkulo*, da mulher principal do chefe. De um e outro lado daquela situavam-se a «casa da direita», *ingqadi* e a «casa da esquerda», *ikhohlwa*. Como veremos, esta repartição tradicional em diferentes «casas» teve uma importância fundamental na história dos futuros grupos invasores, já que a posição social de cada indivíduo se encontrava estreitamente ligada ao lugar que ocupava na *umuzi*, fosse por nascimento, por casamento ou por adopção.

As povoações dos chefes clânicos ou tribais possuíam maiores dimensões. Esses chefes eram secundados pelos seus parentes patrilineares e por outros responsáveis denominados *tinduna* (pl.), cada qual com tarefas específicas em matéria de administração, de justiça e de actividades guerreiras.

A *umuzi* era pois uma unidade social já que todos os habitantes se encontravam sob a autoridade do chefe, *umnumzam*, que os representava e defendia em assuntos internos e externos. Os próprios filhos casados lhe deviam obediência. Quanto aos filhos celibatários e todos os habitantes do sexo feminino, eram tratados como menores.

A *umuzi* era também uma unidade económica, dentro da qual as diversas «casas», sob a supervisão do chefe, trabalhavam pela própria subsistência. Cada esposa tinha os seus campos e, por norma, eram-lhe reservadas algumas cabeças de gado na manada da povoação. Contudo os princípios de auxílio mútuo e de serviços recíprocos eram sempre observados, sob a coordenação do chefe, no que respeitasse à produção e ao consumo.

A *umuzi* era, ainda, uma unidade religiosa, porquanto apenas o *umnumzam* podia dirigir as preces e fazer as oferendas e os sacrifícios aos antepassados-deuses, *amadlozi* (pl.).

A *umuzi* era, enfim, uma unidade de base para a perpetuação da linhagem e para o condicionamento da juventude, visto as crianças legitimamente geradas ou adoptadas pelos seus habitantes, nela receberem os primeiros ensinamentos relativos ao seu estatuto social, nela iniciarem o seu treino para a vida adulta e nela irem gradualmente participando na existência quotidiana da comunidade tribal. Convém acentuar o agudo sentido de responsabilidade colectiva desenvolvido por todos os ocupantes da *umuzi* quanto aos comportamentos individuais. O sistema de parentesco e a organização clânica eram factores importantes no exercício da solidariedade. Desde a mais tenra infância, a criança aprendia a observar certas regras de conduta e a respeitar as obrigações que derivavam de um sistema de parentesco que podia ser considerado simultaneamente classificatório e descritivo. Por exemplo só os pais biológicos recebiam o nome de *ubaba*

e *umame*. Os irmãos seniores e juniores do pai eram tratados respectivamente, por *ubaba umkululu* e *ubaba umncane*. Veremos oportunamente a importância de que este sistema de parentesco se revestia no que concerne o direito matrimonial.

*

Os Vangunes encontravam-se divididos em clãs patrilineares, *isibongo*, dispondo cada um do seu nome hereditário mas dispersos por diversas tribos. Os membros de cada *isibongo* empregavam entre si uma saudação específica, *isithakazelo*. Por exemplo, a saudação dos membros do famoso clã *zulu* era *ndabezitha*.

Os clãs não tinham carácter totémico mas as regras exogâmicas eram severamente respeitadas. Os jovens que tivessem o mesmo *isibongo* não podiam consorciar-se entre si. A solidariedade clânica assumia diversas formas; por exemplo, o viajante era convidado a compartilhar o leite coalhado, *amazi*, quando, passando por uma povoação estranha, encontrava gente do seu próprio clã. Em cada clã, distinguia-se ainda a linhagem, *abazalwane*, que agrupava os descendentes de um antepassado comum conhecido.

Cada tribo independente era constituída por elementos provenientes de diversos clãs agrupados ao redor de um núcleo formado pelo clã dominante donde saía o chefe tribal. Em caso de litígio, os súbditos podiam transferir a sua vassalagem para outro chefe ou mesmo fundar uma comunidade tribal independente.

Os grupos de idade revestiam-se de considerável importância porque marcavam a hierarquia individual. Esses grupos eram formados pelos varões da mesma geração que tivessem participado conjuntamente nas cerimónias de iniciação. A circuncisão, outrora rodeada de complicados ritos e exigindo prolongado «período de margem», parece ter caído em desuso mesmo antes dos grandes acontecimentos do século XIX, conhecidos por *mfecane*.

*

No que concerne as instituições políticas tradicionais, podiam distinguir-se :

- a) a *umuzi*, a mais pequena célula;
- b) o *isigodi*, o distrito tribal, formado por um número variável de *imizi* (pl.), sob a autoridade do *induna vesigodi* que gozava, como os

restantes membros da hierarquia, de poderes políticos, judiciários, religiosos, militares e económicos, respeitantes sobretudo, à distribuição de terras, à cobrança de tributos, a administração da justiça e ao cumprimento de ordens superiores;

c) a comunidade tribal, *isifunda*, que gozava de completa independência antes do processo de expansão territorial e cujo chefe exercia, naturalmente, o poder supremo.

Este tipo de organização impunha fortes limitações aos chefes tribais e, por tal razão, estes exerciam a sua autoridade de maneira assaz democrática, após consulta dos conselheiros, dos *tinduna* e de outras personalidades influentes.

*

Durante a gravidez, a futura mãe obedecia a determinadas regras que visavam assegurar a sobrevivência do nascituro. Por exemplo, não devia ser avistada por animais selvagens. Dava-se especial significado a tudo quanto ela sonhasse.

Eliminavam-se à nascença as crianças deformadas, bem como os gémeos, com excepção do mais robusto que, no entanto, jamais era considerado como normal.

O recém-nascido beneficiava de protecção mágico-religiosa; tinha grande importância a cerimónia da sua exposição aos fumos mágicos que lhe transmitiam não só força vital como também uma parcela do espírito do fundador do clã.

O desmame efectuava-se entre o segundo e o terceiro ano. A actividade sexual da mãe, interdita durante o aleitamento, regressava à normalidade após uma cerimónia que compreendia o sacrifício de um caprino.

O «grande» ou «verdadeiro nome», *igamo*, era escolhido, pelo pai ou pelo avô, após consultados os restantes membros do clã.

As crianças cedo iniciavam a sua contribuição para as actividades económicas e domésticas da *umuzi*. Entre a actividade lúdica infantil encontrava-se a livre imitação da vida sexual.

A iniciação dos adolescentes na vida adulta compreendia diversas fases. A primeira, *qhumbuza*, perfuração dos lóbulos auriculares, podia ter carácter individual ou colectivo e realizava-se após as colheitas, durante a lua nova ou cheia. Compreendia ritos de purificação, sacrifícios aos antepassados-deuses e uma festividade durante a qual se consumia carne e cerveja.

Mas o jovem só era considerado púbere depois da sua primeira emissão seminal nocturna. Os habitantes da povoação sabiam do acontecimento graças ao estranho comportamento que então assumia. Levantava-se de madrugada, retirava a manada do curral e escondia-a algures no mato. Depois banhava-se antes da alvorada. Então os rapazes de idade semelhante, já púberes, partiam em busca do gado e do seu camarada e, tendo-os encontrado, reconduziam-nos ao curral, simbolizando desse modo um novo nascimento. O iniciado (nessa fase designado por «noiva» já que era, como esta, um novo membro da família) recebia então a sua primeira azagaia. No decurso de uma cerimónia complexa era fortificado por meio de medicamentos-mágicos, misturados com leite. Depois encerrava-se na sua palhota, ao abrigo dos olhares impuros e perigosos das mulheres, aí recebendo uma refeição especial e aprendendo como evitar a gravidez por meio do coito intercoxal.

Logo que concluída a preparação da cerveja, o iniciado e seu pai, a sós, ofereciam um sacrifício dentro do curral do gado. O primeiro podia então participar na festividade, em companhia dos seus camaradas.

No derradeiro dia era conduzido ao riacho para ser lavado e receber novo nome. Reconduzido à pequena palhota para ele especialmente construída, envergava novos vestuários. Durante a dança final era retirado da palhota, recebendo oferendas de parentes e amigos. Uma derradeira cerimónia punha fim aos tabus alimentares. Este conjunto de rituais recebia o nome de *ukuthomba*.

Pela terceira cerimónia de integração na vida adulta, *ukubuthwa*, realizava-se a incorporação formal no regimento. Como tem relações estreitas com a época das grandes conquistas militares, será descrita mais adiante.

Quanto às raparigas, também fugiam e se escondiam quando surgida a primeira menstruação, sendo igualmente procuradas pelas camaradas. Entretanto o pai mandava logo cortar os paus destinados à construção, na palhota da mãe, do cacifo onde seria encerrada. Durante a clausura os jovens de ambos os sexos entoavam à sua porta canções obscenas. Depois de preparada a cerveja as jovens púberes revestiam os seus melhores vestuários e ornamentos e todos se regozijavam durante a festa que celebrava o novo estado da iniciada.

No grupo das jovens a hierarquia da idade era rigorosamente respeitada, elegendo-se entre elas uma rainha. Os rapazes deviam pedir-lhe autorização para cortejar e ter relações sexuais externas com suas amadas. Estas últimas eram aceites entre casais prometidos mas as noivas eram

estritamente vigiadas pelas mais velhas. Também a sua virgindade era periodicamente examinada pelas mães.

Os jovens despendiam grande parte do seu tempo a cortejar. Recorriam a uma grande variedade de talismãs e amuletos amorosos. As moças ofereciam-lhes ornamentos de missangas dispostas em desenhos com significação convencional, verdadeiras mensagens de amor.

*

Representava o matrimónio um «rito de passagem» para os dois noivos, assim transferidos do grupo dos solteiros para o dos casados. Para a jovem tratava-se mesmo de uma dupla transição, já que deixava a sua própria célula familiar para ser integrada na do marido. Como em todas as fases de passagem, podiam-se nele distinguir duas espécies de ritos: os de separação e os de agregação.

Graças a esta nova aliança os membros interessados dos dois clãs realizavam mútuos esforços de aproximação. As cerimónias tinham como objectivo desenvolver estáveis sentimentos de amizade. Mas bastante tempo deveria decorrer antes do clã do marido — nele incluídos os antepassados-deuses — aceitar a nova associada. Como a partida da noiva deixava o seu grupo diminuído, havia que compensá-lo por meio da doação de bens de reconhecido valor: o *lobolo*.

As formalidades iniciais ritualizam esse antagonismo existente entre os dois grupos. A respectiva família acentuava que a noiva lhes era de tal modo querida que todos lamentavam a sua perda. Durante a cerimónia principal estes sentimentos eram expressos por meio de vituperações mútuas. Após o banquete nupcial onde todos se alegravam e confraternizavam, a hostilidade dava-se por terminada e a troca de oferendas podia então iniciar-se.

Tradicionalmente a união matrimonial era um assunto privado, regulado entre as duas famílias interessadas. Pouca atenção era dada às preferências pessoais do novo casal.

Para o casamento se considerar plenamente consumado era indispensável o cumprimento de duas condições: o pagamento do *lobolo* combinado e o nascimento de pelo menos um filho, prova cabal da capacidade geradora da esposa. As mulheres estéreis podiam ser repudiadas.

A união passava por cinco fases distintas:

a) relação informal entre os dois jovens;

- b) negociações entre os representantes das partes interessadas;
- c) noivado formal e publicamente anunciado, depois de celebrado acordo sobre o montante do *lobolo*;
- d) entrega do *lobolo*, frequentemente exigindo prolongadas discussões sobre a qualidade das cabeças de gado;
- e) transferência da noiva, ao anoitecer, em procissão, depois de preparada ritualmente, de aspergida com a vesícula biliar de um bovino, de solicitada a protecção dos antepassados-deuses e, enfim, de incitada a manter o bom nome do seu clã entre gente estranha;
- f) ritos marcando a agregação da noiva no grupo familiar do marido.

O gado pago a título de *lobolo* não era considerado como plena propriedade da família donde saía a noiva. Se esta, por esterilidade ou gestação incompleta, não revelasse capacidade reprodutora, ou, ainda, se se comportasse de maneira inaceitável, poderia ser exigida a sua restituição.

Além desta forma normal de matrimónio, existiram outras consideradas irregulares. Na *ukuganisela*, mais corrente entre os chefes, as primeiras diligências eram realizadas pelos pais da jovem, desejosos de reforçar laços com uma família de maior relevo.

No *ukubalela*, a rapariga podia fugir para a povoação do homem com quem quisesse casar-se. Enfim, ao homem era reconhecido o direito de tomar pela força, *ukuthwala*, na própria povoação do seu futuro sogro, a mulher que não quisesse cumprir as promessas que fizera de com ele contrair matrimónio. Todavia, mesmo estas formas irregulares não dispensavam as negociações entre as famílias envolvidas.

Entre os plebeus a importância de cada esposa dependia da ordem cronológica do respectivo casamento. Já entre os chefes deveria ser proveniente de determinada família aristocrática e ter o seu *lobolo* pago pelo povo essa «esposa principal», única que ocupava a *indlunkulu* e dava nascimento ao herdeiro. Caso esta não possuísse filhos varões, o direito consuetudinário previa que fosse complementada por meio de uma co-esposa. O herdeiro podia ser também proveniente da «casa da direita» mas nunca da «casa da esquerda».

As possibilidades de fragmentação da tribo aumentavam quando, depois da sua investidura, o chefe fundava a nova capital para nela instalar a «mulher principal». Claro que este sistema levantava ressentimentos entre os filhos nascidos de casamentos anteriores, frequentemente

de idade bem mais avançada do que o herdeiro. Acontecia então que se desligavam e, juntamente com os seus parentes e aderentes, partiam para fundar a sua própria tribo independente.

Enfim, este tipo de organização política e social representava, provavelmente, a adaptação secular de populações de agricultores-pastores a uma conjuntura de rápido crescimento demográfico. Tinham ao seu dispor vastíssimos territórios férteis por onde vagueavam pequenos e dispersos bandos nómadas de pastores Khoi-khoi (Hotentotes) e de caçadores-colectores San (Bosquímanos).

A procura de terras de pasto, a ausência de vias de comunicação, a necessidade de rápidas represálias contra as incursões fulminantes dos Khoi-San (sobretudo dos primeiros que cavalgavam os seus bovinos) tudo se coordenou, enfim, para impor aos Vangunes uma organização política de pequenas unidades descentralizadas. Mas foram essas tradições de descentralização que estiveram na origem das inúmeras lutas fraticidas que tanto perturbaram a história ulterior desse grupo e dos povos por ele submetidos.

*

No que concerne a religião, os Vangunes possuíam uma noção mal definida da existência de um Criador, de um Ser Supremo indiferente às súplicas e aos problemas dos homens. Denominavam-no *Unkulunkulu*. Contudo, a sua filha *Unomkhubuluane* podia tornar-se extremamente perigosa porque detinha o poder de influenciar as colheitas.

Mas a verdadeira religião dos Vangunes era o culto dos antepassados: *amathongo* ou *amadtozi*. Todo o ser humano era composto por corpo e espírito, este último estreitamente associado à sombra. No outro mundo conservava as mesmas qualidades e ocupava a mesma posição relativa que tinha tido em vida, mas dentro de uma ordem de senioridade. Podia visitar o mundo dos vivos sob a forma de uma serpente que devia ser tratada com o devido respeito. Surgia também em sonhos. Revelava-se igualmente enviando augúrios, como a águia das montanhas, ou provocando doenças para receber dádivas.

Esses antepassados-deuses podiam ser influenciados quer por meio de prendas e sacrifícios, quer utilizando os poderes sobrenaturais dos médicos-mágicos. Segundo os casos, as oferendas tinham o carácter seja de súplica seja de agradecimento. Quanto ao sacrifício era «um acto religioso que podia efectuar-se somente em ambiente religioso por intermédio de agentes religiosos». Como, de ordinário, nem o lugar, nem o

oficiante, nem os instrumentos, nem os animais vítimas tinham a desejada qualidade religiosa, tornava-se necessário efectuar determinadas preparações prévias. Invocavam-se os manes. Uma parte da carne do animal sacrificado era oferecida ao antepassado insatisfeito indicado pelo adivinho. O resto distribuía-se segundo a idade, a hierarquia e as normas costumeiras. Sobre o doente lançava-se o conteúdo da vesícula biliar.

As crenças na magia, na adivinhação e na feitiçaria dificilmente podem ser compreendidas se se analisarem separadamente da religião tradicional. Ainda que se verificassem frequentes acumulações de funções, era possível dividir os mágicos e os curandeiros em diversas categorias:

a) o herbanário, *inyanga*, conhecia e receitava sobretudo espécies vegetais de real valor terapêutico;

b) o *isanusi* ou *isangoma* era o adivinho-curandeiro que mantinha íntimo contacto com os antepassados-deuses podendo descobrir os seus desejos e identificar os odiosos feiticeiros por intermédio dos ossículos e outros meios mágicos;

c) os «pastores celestiais» e os «causadores de chuva», especialistas na magia pluvial ou atmosférica, cujos poderes eram adquiridos no primeiro caso e hereditários no segundo caso;

d) o *umthakathi* era o indivíduo acusado de possuir imaginários poderes de feitiçaria, execrado e temido por toda a comunidade, acusado de se banquetear com carne humana e de cometer outras proezas fantásticas como a de recorrer ao auxílio de animais selvagens para melhor prosseguir as suas actividades malignas.

*

Os Vangunes eram, por ordem de importância, criadores de bovinos, agricultores, caçadores e colectores. Conheciam a olaria, a cestaria, a talha em madeira e a metalurgia do ferro. As crenças e os rituais desempenhavam papel importante na produção e no consumo. A povoação familiar, *umuzi*, constituía a mais importante unidade de produção na qual os residentes cooperavam entre si. Era auto-suficiente no que concerne as necessidades materiais. Consideravam-se próprias dos varões as tarefas que exigiam considerável esforço físico como a caça, a guerra, a derruba, os cuidados com o gado bovino, a fabricação de utensílios e, finalmente, a construção de currais, celeiros, cercados e habitações.

Em cada sexo se podia notar uma segunda divisão das tarefas de harmonia com a idade e a posição social. Assim os cachopos empregavam-se

no pascigo dos caprinos, os adolescentes tratavam do gado bovino, com excepção do abate, estritamente reservado aos adultos.

As mulheres encarregavam-se da rotina doméstica transportando água e lenha. Mas as suas tarefas fundamentais eram constituídas pelo amanho dos campos e pelas colheitas. Também lhes competia a olaria e o reboco das paredes das palhotas.

O chefe da povoação desempenhava um papel coordenador nas actividades económicas. Era ele que distribuía a terra e o gado de harmonia com as necessidades de cada «casa». Em tempos de escassez dividia equitativamente a alimentação disponível.

Em quase todas as facetas se encontrava na cultura tradicional dos Vangunes uma simbiose estreita e constante com o gado bovino. O valor económico deste último baseava-se não só nos produtos fornecidos mas também no facto de constituir um importante meio de troca. A riqueza do indivíduo media-se pelo número de cabeças de que era proprietário.

O gado possuía também valor ritual por ser um meio fundamental de comunicação com os manes. O seu abate e sacrifício desempenhavam importante papel no casamento e em outras cerimónias. No curral *isibaya*, funcionava o tribunal e as reuniões onde os homens discutiam os assuntos mais importantes, longe da presença indiscreta das mulheres. Após a sua morte o chefe da povoação era nele inumado.

O gado bovino tinha igualmente significação social. Aumentava o *status* e mesmo a influência política do seu proprietário. O prestígio de cada chefe dependia largamente do tamanho das suas manadas, que lhe permitiam invejadas larguezas para com os súbditos. As relações sociais eram realçadas pelo costume do *ukusisa*, segundo o qual o gado era, pelos abastados, cedido por empréstimo a vários dependentes não somente para evitar a sua perda total em caso de epizootia mas igualmente para fornecimento de leite e, eventualmente, de carne.

A importância concedida ao gado graúdo também se discernia nos numerosos provérbios e enigmas e, enfim, na quantidade de nomes que indicavam as diferentes cores e os diversos tipos de armações.

Nenhum dos restantes animais domésticos tinha uma importância comparável aos bovinos, se bem que os ovinos e caprinos fossem também sacrificados nos rituais e possuíssem valor de troca.

No que concerne o direito agrário, deve acentuar-se que a propriedade individual da terra era desconhecida. O chefe da povoação indicava a parcela reservada a cada mulher. As terras vagas retornavam à propriedade comunal da tribo. O chefe tribal era apenas o seu guardião, não lhe sendo reconhecido o direito de a alienar.

Nas suas parcelas as mulheres cultivavam milho, mapira, melões, abóboras e cana-de-açúcar. A fertilização e a irrigação eram desconhecidas.

A cooperação nos trabalhos agrícolas, *ilima*, era largamente praticada. A cerveja oferecida aos parentes, amigos e vizinhos não se considerava como remuneração mas como simples refresco; o trabalho pagava-se com trabalho num sistema de rigorosa reciprocidade.

O melhor processo para conseguir boas colheitas era o tratamento das sementes pelo curandeiro do chefe. Na composição do medicamento-mágico apropriado entrava como elemento essencial uma porção do solo das tribos vizinhas e rivais, meio por excelência de furtar a fertilidade da terra estrangeira.

Para assegurar as boas colheitas era igualmente necessário respeitar diversos tabus, recorrer à magia para expulsar os animais daninhos e, enfim, prestar homenagem à deusa *Unomkhubuluane* durante a sua visita anual à terra, no mês de Outubro.

Assim que os primeiros produtos cultivados comesçassem a amadurecer, ninguém estava autorizado a prová-los antes que o chefe organizasse a grande cerimónia das primícias, *umkhosi*, durante a qual se dirigia aos antepassados-deuses da tribo.

O milho era armazenado em celeiros escavados no interior do curral de gado.